

EDITORIAL

O presente número objetiva convidar o leitor a continuar as reflexões sobre a escola. Partiu-se do pressuposto, na apresentação realizada no v. 9, n. 1 que a escola, recentemente, é foco de atenção dos estudos e da política, na área educacional. E é com uma preocupação multidisciplinar, que a *Educação em Revista* convida às reflexões sobre as organizações escolares e suas possíveis perspectivas na construção de uma escola pública para todos e com qualidade.

O v.9, n.2 traz oito artigos sendo que os quatro primeiros continuam a discussão sobre a formação dos profissionais da educação e os outros quatro artigos contemplam, especificamente, a escola e as políticas educacionais atuais.

Em *A política de atendimento à infância no Brasil e a atuação dos assistentes sociais nas creches*, as autoras objetivam conhecer e refletir sobre o trabalho dos assistentes sociais nas creches e, para isto, examinam a trajetória histórica e contemporânea da formação em serviço social e debatem sobre a inserção desses profissionais nesses espaços de atuação.

O segundo artigo, *A formação do profissional de Ciências Agrárias e o programa de residência agrária: experiência no assentamento Laudenor de Souza (SP)*, com o objetivo de contribuir com o debate sobre a necessidade de mudança na formação do profissional de Ciências Agrárias, apresenta estágio de vivência realizado por estudantes do curso de agronomia e conclui, entre outros aspectos, que “o Programa de Residência Agrária pode contribuir para a formação de profissionais qualificados e comprometidos com a sociedade de maneira geral e com os agricultores familiares, em particular, fortalecendo a participação e a cidadania da população historicamente marginalizada do processo de tomada de decisão. Contudo, precisa ser fortalecido. Há necessidade de comprometimento de manutenção por parte do governo”.

Em *O lugar do professor na pós-modernidade*, a autora se “propõe localizar contradições enfrentadas pelas instituições de ensino, em um ambiente em crises e, sem buscar respostas, “o texto aponta para uma atitude docente mais engajada, diante do cotidiano escolar”.

O último artigo que aborda a formação de profissionais, intitulado *O debate acerca da complexidade dos objetos do trabalho docente na área de saúde*, apresenta e discute a crescente complexidade dos objetos do trabalho docente na área de Saúde e, ao final, “abre possibilidades para a investigação dessa prática, que ainda carece de desvelamento e aprofundamento de sua compreensão, por meio de investigações que

abordem aspectos da subjetividade, condições de trabalho, identidade e formação docente”.

Os dois artigos que seguem discutem a questão do Ensino fundamental de nove anos. Em *Ampliação do ensino fundamental para nove anos: entre a teoria incompleta e a prática intempestiva*, as autoras discutem a implementação da Lei nº 11.274/06 e indicam as inúmeras discussões advindas da viabilidade legal da implantação das leis assim como a falta de discussões no momento anterior à implementação, que “têm gerado muitas dúvidas nessa fase inicial o processo”. O outro artigo sobre a temática, intitulado *Ampliação da escolaridade obrigatória: um estudo sobre o processo de implementação do ensino fundamental de 9 anos no Estado do Paraná e no Município de Ponta Grossa*, relata as principais discussões sobre a ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, no Paraná, e em especial no município de Ponta Grossa e, utilizando como método o materialismo histórico dialético e a partir do estudo sobre a história da educação brasileira, analisa os principais fundamentos legais que possibilitam às políticas públicas a implementação da medida. Para as autoras, “a ampliação do Ensino Fundamental necessita de um planejamento político educacional, visando garantir à população brasileira não apenas a inclusão de alunos a partir dos seis anos na escolaridade obrigatória, mas que essa inclusão garanta a melhoria da aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, promova a justiça social e o exercício da cidadania”.

Em *Educação geral ou especial? Um foco à sala de recursos*, os autores indagam sobre a relação entre educação geral ou especial, “apontando elementos do aspecto segregacionista que tem sido dado à educação especial, suscitando reflexões acerca da forma de pensar a educação”. Finalmnte, em “*A subjetivação do (d)eficiente no interior da escola: uma identidade a ser (des)construída*”, a autora reflete sobre a escola enquanto espaço de produção de subjetividades dos sujeitos aprendentes e questiona sobre a possibilidade de (dês)construção da identidade do (d)eficiente criada a partir do contexto escolar.